

“E LÁ VOLTEI A ME ENCONTRAR COM A ÁFRICA”

A CARREIRA DIPLOMÁTICA NA TRAJETÓRIA INTELECTUAL
DE ALBERTO DA COSTA E SILVA

Jerry Dávila¹  

University of Illinois

No início da pesquisa que resultou no livro *Hotel Trópico*, Mariza Soares me apresentou a Alberto da Costa e Silva. Nos encontramos pela primeira vez na Academia Brasileira de Letras (ABL), onde tivemos uma conversa que, além de Mariza Soares, incluiu um grupo de alunos africanos de Camarões. Nos encontramos uma segunda vez na ABL e depois, em julho de 2004, ele me concedeu uma entrevista de cerca de duas horas sobre sua experiência como diplomata, em seu apartamento no bairro de Laranjeiras. Voltamos a nos ver no decorrer da pesquisa para o livro e finalmente num seminário sobre a política brasileira na África realizado pela Escola Superior de Guerra. Além de suas obras sobre a história da África, ele foi diplomata e esteve à frente de sua geração no desenvolvimento de relações com países africanos na época da descolonização. Nossas conversas e a entrevista nortearam o trabalho para *Hotel Trópico*, no qual discuto o papel do Brasil no quadro da descolonização dos países africanos.² Ele foi sempre muito generoso nesses encontros, e achei extraordinário o modo como costurava ligações entre o conhecimento da África no Brasil, em meados do século XX, e os projetos de interpretação da cultura brasileira e do desenvolvimento das variadas políticas externas do Brasil em relação a Portugal, à descolonização e aos países africanos.

1 Professor da University of Illinois, atual diretor executivo do Illinois Global Institute, na mesma universidade.

2 Jerry Dávila, *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization*, Durham: Duke University Press, 2010. Edição brasileira: *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Alberto da Costa e Silva foi embaixador do Brasil na Nigéria, em Portugal, no Paraguai, e na Colômbia. No decorrer de sua carreira diplomática viveu situações históricas que incluem a festa da independência da Nigéria e a viagem do ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, a países africanos em 1972, que marcou o aprofundamento de relações entre o Brasil e aquele continente. Em 1961, percorreu Angola para entender a então recente eclosão da luta armada contra o colonialismo português. Estava também de passagem em Portugal no momento da Revolução dos Cravos, em abril de 1974.

O projeto do meu livro começou com uma pergunta sobre a lógica da política brasileira em relação ao reconhecimento do governo marxista do Movimento Popular pela Libertação da Angola (MPLA), algo que me parecia incongruente face ao governo militar brasileiro, enraizado numa lógica anticomunista. Para compreender essa decisão, foi preciso entender a maneira como grande parte da intelectualidade brasileira de meados do século XX entendia o papel da África e da cultura africana na formação do Brasil; e o apelo que o salazarismo e o colonialismo português tinham para muitos brasileiros. Esses dois laços afetivos coexistiram cada vez com maior dificuldade no decorrer dos anos em que Portugal resistiu, violentamente, à onda da descolonização no continente africano. Na entrevista com Alberto da Costa e Silva, é possível ver como essas duas linhas de pensamento influíram na política externa brasileira. E é fascinante ver a presença de Costa e Silva em momentos chaves da descolonização e das mudanças políticas em Portugal. E mais: transparece na entrevista como sua atuação diplomática alimentou seu conhecimento sobre a África e como esse conhecimento o tornou um dos principais interlocutores brasileiros frente aos acontecimentos no continente.

Minha primeira pergunta foi sobre como desenvolveu seu interesse pela África. Ele respondeu:

Desde menino, desde os quinze, dezesseis anos, quando li pela primeira vez dois livros que me marcaram muito, *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freyre e *Os africanos no Brasil*, de Nina Rodrigues. Na leitura

desses livros, eu cheguei à conclusão – na minha adolescência – que para entender o Brasil eu tinha que conhecer a África, uma vez que, durante mais de três séculos, os homens de origem africana – fossem escravos como a maioria ou livres – tinham marcado profundamente a vida brasileira, porque eram a maioria da população. Durante praticamente três séculos, os africanos e seus descendentes tinham constituído a maioria da população brasileira. Então comecei a recolher tudo o que me caía sob os olhos, com respeito à África, ainda que fosse muito pouca coisa. Mas de vez em quando eu encontrava algum livro sobre a África, sobretudo algum livro do século XIX, quer de exploradores portugueses, quer de ingleses, quer de franceses.

Costa e Silva carregou esse interesse para a carreira diplomática. Entrou no Itamaraty em 1956, um ano antes da independência de Gana, que deu início à onda de descolonização no continente. No Itamaraty, passou a ser conhecido como o diplomata que mais tinha interesse por assuntos africanos, num momento em que esses assuntos começam a ganhar espaço na política externa brasileira com o processo de descolonização. Ele lembrou a atitude no Itamaraty: “Havia África, e diziam, e o Alberto? No ministério eu virei uma espécie de ‘Alberto africano’”. E continuou:

Então, eu ia ali me enfronhando na realidade, sobre os problemas da descolonização. Primeiro com a independência de Gana e depois da Guiné, na chamada África Negra. Em 1960, fui removido para Lisboa. Fui ser terceiro secretário com o embaixador Francisco Negrão de Lima, que antes tinha sido ministro das Relações Exteriores. Como eu vinha da área econômica, quando cheguei a Lisboa o ministro me deu os assuntos econômicos da embaixada [...] Mas me deu também, como matéria minha própria, e só minha, acompanhar tudo que dizia respeito à África. E não só me fez isto, que me obrigou a começar a procurar nas livrarias livros sobre a África; a pedir de Londres livros; a pedir de Paris livros aos colegas, livros que estavam sendo publicados sobre história da África, sobre a África em geral. E também a estar acompanhando todo o noticiário de imprensa sobre os problemas africanos.

Elaborou-se um vínculo entre suas experiências como diplomata e sua leitura de textos sobre assuntos africanos. Juntas – as experiências e as leituras – o ajudaram a ressaltar no Brasil as grandes lacunas de conhe-

cimento sobre a história e os assuntos contemporâneos no continente. O embaixador Francisco Negrão de Lima era um político e diplomata central no Brasil da época. Antes de ser indicado embaixador em 1959, fora ministro das Relações Exteriores no governo Kubitschek. Permaneceu no cargo de embaixador em Lisboa até 1963. Era um cargo de alto perfil que se estendeu por três governos do Brasil. Nesses quatro anos, Costa e Silva assistiria grandes mudanças no continente africano, entre elas a independência de 24 países e o início da luta armada contra o colonialismo português em Angola. De seu posto em Lisboa, Negrão de Lima – e através dele, Costa e Silva – participou de várias missões relacionadas às mudanças africanas. Costa e Silva relatou sobre Negrão de Lima:

Me chamou e disse: ‘eu fui designado para representar o Brasil na independência da Nigéria. Queria que você fosse comigo. Então eu fui com ele, fiz então minha primeira viagem à África, em 1960, para a independência da Nigéria. Passamos quatro, cinco dias na Nigéria, não me lembro mais, não foi mais do que isso [...] o que era muito pouco, mas deu para ter aquele primeiro impacto com a realidade, com a paisagem, né? Não saímos de Lagos, mas eu pude ver bastante, pude ir ao bairro brasileiro.

No final do governo Kubitschek, Costa e Silva foi designado representante do Brasil na segunda reunião da Comissão Econômica para a África das Nações Unidas:

Essa comissão fora criada por proposta do Brasil, uns dois ou três anos antes [...] seguindo o modelo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). Então eu fui para Adis Ababa, onde passei vinte, vinte e dois dias. Nessa passagem do governo brasileiro [...] Foi uma experiência extremamente interessante, porque eu vi pela primeira vez uma reunião internacional em que a maioria de seus membros eram africanos. E os grandes problemas da descolonização já estavam postos. Mas havia então a luta entre o chamado grupo de Casablanca e o grupo de Monróvia, o que quer dizer, de um lado Gana, Guiné, Marrocos e Egito; e do outro Nigéria, Costa do Marfim e Senegal. Todos eram pela descolonização, mas aqueles queriam a descolonização mais urgente, em última análise, tinham uma posição semelhante aos não-alinhados, e todos eles se transformaram em não-alinhados [...] O outro grupo,

formado basicamente pelas ex-colônias francesas, tinha uma postura ocidental. Foi um embate extremamente curioso que se travou em grande parte em torno do colonialismo português.

Com o início da guerra contra o colonialismo em Angola, Costa e Silva viu aquela divisão entre a política de Monróvia e de Casablanca “se processando no próprio território angolano”. A eclosão da luta armada em Angola teve grande repercussão internacional e criou um desafio para a política externa do novo governo, o de Jânio Quadros, que buscava uma linha independente em relação aos Estados Unidos e, procurando laços com países africanos, também em relação a Portugal. O governo brasileiro conseguiu do governo português autorização para mandar a Angola uma missão de observação. A missão foi chefiada por Negrão de Lima, acompanhado de Costa e Silva. Em relação a isso, perguntei-lhe se o governo de Portugal resistira à missão: “Não, não, o governo português tinha interesse que fôssemos. E nos deu verbalmente, até por escrito, com clareza, que teríamos liberdade de observação, o que de fato não sucedeu. Foi uma promessa não cumprida”. O governo de Salazar achou que a visita brasileira amenizaria as pressões internacionais contra sua presença colonial e sua repressão aos movimentos de independência. As autoridades portuguesas em Angola foram instruídas para que a missão não fosse mais do que superficial.

E fomos para Luanda, fomos para Angola, o embaixador Negrão de Lima, o professor Thiers Martins Moreira, que era um eminente intelectual brasileiro, então professor de cultura brasileira na Universidade de Coimbra, e eu. E ficamos [...] umas duas semanas e meia, em Angola. No início, alegando insegurança, o governo angolano queria que ficássemos somente em Luanda, fôssemos a Moçamedes [no sul do país, longe do conflito no norte] e fizéssemos algumas viagens na área da costa. Mas o Negrão de Lima disse: ‘não, não, eu não vi aqui para isto, eu quero ir para Carmona’. Realmente fomos ao norte e acabamos percorrendo, indo a praticamente todas as cidades angolanas. A exceção foi a Lunda portuguesa, quer dizer, não fomos à área de diamantes.

Mesmo insistindo e conseguindo percorrer o país, o acesso do grupo foi limitado por rituais protocolares. O embaixador foi cercado por homenagens e eventos oficiais. Foi acompanhado pelo recém-empossado cônsul do Brasil em Luanda, Frederico Carlos Carnaúba. A missão tinha a preocupação de não expor o cônsul a controvérsias políticas, porque o governo português tinha por longo tempo resistido à presença consular do Brasil e de outros países em suas colônias. Segundo Costa e Silva,

ter um cônsul brasileiro em Luanda era uma vitória espantosa, porque desde a independência do Brasil o governo português sempre se recusava a deixar que nós tivéssemos cônsules em Luanda. Chegamos a ter dois ou três no passado, no século XIX. Mas foram tantas dificuldades no exercício de suas missões que o consulado acabou ficando entregue a um cônsul honorário e, realmente, se esvaziou.

Costa e Silva relatou como o grupo conseguiu driblar o cerco protocolar.

O embaixador Negrão disse: “eu não vou poder ver nada, porque por onde eu vou tem criancinha com bandeirinha de Portugal, bandeirinha do Brasil, me acenando. E vocês, se virem [...] procurem ver o que puderem ver”. E realmente, nós entramos em contato com elementos da oposição portuguesa e da oposição angolana. E podíamos até sentir um pouco, que alguns desses elementos estavam [...] eram autorizados a falar conosco, mas outros não. E já tínhamos nossos contatos. Pudemos ver o que estava ocorrendo, e quando voltamos a Lisboa, tivemos a notícia de que todas as pessoas que tinham conversado conosco haviam sido presas. O Negrão teve que fazer uma gestão pessoal junto a Salazar para a soltura desses angolanos. Eles realmente foram soltos, mas quase todos foram mandados para Lisboa. Foram tirados de Angola.

Perguntei se as pessoas com quem tinham conversado eram geralmente a favor da independência:

Eram todos favoráveis à independência, ou quase todos. O que acontecia era que já estavam divididos. Quer dizer, o que vimos a presenciar em Angola posteriormente, após 1974, já estava [...] ali presente. Quer dizer, o pessoal ligado ao MPLA queria tudo menos que o Holden Roberto e o UPA tivessem êxito. Os favoráveis a Holden Roberto queriam tudo, menos que MPLA tivesse êxito. E a gente já sentia que

havia outros grupos que não queriam nenhum dos dois, que depois vieram a se transformar na UNITA. Realmente já havia uma divisão muito grande, que tinha não só componente de cunho ideológico. O MPLA tinha todo ele uma base marxista, e é preciso não esquecer que o marxismo, naqueles anos, era uma doutrina extremamente viva, intelectualmente robusta, não tinha ainda sofrido os grandes embates com a realidade. Não era o marxismo como visão filosófica ou análise de problemas econômicos históricos, mas o marxismo como meio de ação. Não tinha sofrido ainda seus embates com a realidade, ou se tinha, ninguém sabia, ninguém percebia isso. O MPLA era basicamente marxista e reunia muitos brancos e muitos mulatos [...] A impressão que se tinha naquela época era de que era predominantemente mulato, com uma presença negra muito forte, muito importante, uma presença branca muito forte, mas era um partido plurirracial. Ao passo que a FNLA era um partido negro [...] muito ligado ao pensamento negro norte-americano. Muito ligado aos Estados Unidos através da Senhora Eleanor Roosevelt, que tinha uma presença muito grande [...].³ Era um partido que tinha enorme desconfiança dos brancos e dos mulatos, que eram minoritários. [Mas] eram uma minoria importante, na medida em que eram uma minoria intelectualmente muito atuante na vida do país, mesmo sob o colonialismo português.

Perguntei como ficaram sabendo que todos os seus interlocutores tinham sido presos.

Na hora do nosso embarque, houve quem nos soprasse: “fulano, fulano, fulano, fulano, fulano, fulano, fulano, fulano foram presos”. Pessoas que eram da oposição em Angola nos fizeram saber isso. Porque nos regimes totalitários, há um correio subterrâneo que corre com muita facilidade. A gente sabe disso perfeitamente bem [...] A missão foi rigidamente vigiada pela PIDE, a polícia secreta do governo Salazar. Eles nos acompanharam em todos os momentos, e hoje eu sei quem era a pessoa, quem era o principal informante, mas isso vai morrer comigo. Eles, a PIDE, estava muito infiltrada na vida angolana. Curiosamente, naquela época eles eram competentes. Mas vão se revelar incompetentíssimos alguns anos mais tarde, com a queda do governo Marcelo Caetano, quando houve a revolução de 25 de abril. Eles não perceberam nada do que estava ocorrendo.

3 Eleanor Roosevelt tinha sido a representante dos Estados Unidos na ONU e integrou o *American Committee on Africa*, organização que militava pela descolonização e contra o apartheid.

Perguntei também por que o governo brasileiro tinha decidido reconhecer o governo do MPLA, movimento marxista, em Angola, em 1975, quando enfrentava resistência de outros movimentos, o FNLA e a UNITA, apoiados por outros países como o Zaire, a África do Sul e os Estados Unidos. Ele disse:

Isso se deve em grande parte a dois colegas meus pelos quais eu tenho grande carinho e enorme respeito, trabalhei com os dois no governo Costa e Silva. Um deles era o chefe de gabinete do secretário geral com quem eu trabalhava, o Ovídio de Andrade Mello, e o outro, Ítalo Zappa. A avaliação que esses dois colegas fizeram, um em Angola (cônsul em Luanda) e o outro, chefe do Departamento da África, na Secretaria de Estado. O MPLA tinha ganhado a partida, como de fato ganhou; o FNLA nunca tinha deixado de ser um partido regional, sem influência em outras áreas de Angola; e a UNITA estava muito vinculada aos interesses da África do Sul. Eu tenho a impressão que a decisão tomada foi: ‘vamos apoiar quem vai vencer.’ A decisão foi pragmática. Apoiar aquele grupo que tinha, talvez, na perspectiva deles, melhores condições de representar a nação como um todo.

Mas para Costa e Silva, outra dimensão importante foi a língua: MPLA era o movimento no qual a língua portuguesa predominava:

Nós não temos dúvida nenhuma, eu pelo menos não tenho dúvida nenhuma, de que o fator mais importante no comportamento internacional é a língua. Veja bem, se os Estados Unidos não falassem inglês, eles não teriam entrado nem na primeira nem na segunda guerra mundial. As pessoas falam muito da geopolítica dos espaços. Mas há uma geopolítica da mente. Quando falamos a mesma língua temos os mesmos parâmetros do pensamento. Quando mudamos de língua, os parâmetros mudam, não é mais o nosso. Podemos até nos entender, mas o processo de entendimento é mais complexo do que quando falamos o mesmo idioma. As palavras têm uma conotação semelhante, se não idêntica, porque nunca é idêntica, mas semelhante. Para um Brasil que quer se ver um pouco projetado na África, falar português na África é muito importante.

Nos anos seguintes, Costa e Silva voltou ao continente africano várias vezes para encontros em áreas diversas, como a negociação do mercado de cacau. Ficou conhecido no Itamaraty como alguém “pronto

para ir à África, a qualquer momento, em qualquer missão que necessitasse de alguém que soubesse conversar com os africanos, entender-se com eles, conhecer um pouco, não cometer gafes etc.". Entre 1963 e 1967, foi escalado para a Venezuela e se afastou por um tempo de assuntos africanos. Mas continuou a ler sobre a África e se interessou pela experiência afro-venezuelana. Em 1967, voltou ao Brasil como coordenador do gabinete do Secretário Geral do Itamaraty, onde novamente ocupou-se com questões de Portugal e da África. Lembrou que "nós tínhamos a percepção muito clara de que nosso principal problema nas relações com a África era Portugal, e o principal problema de nossas relações com Portugal era a África". Mas a possibilidade de lidar tanto com os assuntos de Portugal quanto com o debate da descolonização e das relações com os países africanos era limitada pela opinião pública. Reproduzindo a política externa então implementada pelo Itamaraty, explicou:

Nós éramos favoráveis à independência dos países africanos, mas tínhamos a perfeita noção de que não podíamos hostilizar Portugal, de que não havia condições internas, não havia condições políticas internas para hostilizar Portugal. Porque ainda que a maioria dos brasileiros achasse que Portugal não estava atuando como devia nos países africanos, que devia ter uma abertura para uma independência negociada, embora esse fosse o sentimento generalizado no país, ao mesmo tempo havia outro sentimento que era o seguinte: "sim, mas nada de dar pancada em Portugal, nada de humilhar Portugal, nada de maltratar Portugal, vamos fazer isso usando a força do convencimento, a negociação etc. etc." E era muito difícil usar negociação porque Salazar era muito teimoso. Salazar estava convencido de que estava certo e que a verdade era dele e não dos demais países. O mundo todo estava errado, quem estava certo era ele.

Então era difícil [...] Mas nós estávamos convencidos de que, com paciência, chegaríamos lá. Por outro lado, sofremos muita pressão dos africanos nas Nações Unidas, mas nas relações bilaterais, não [...] Nos contatos bilaterais, eles até diziam: "compreendemos a posição de vocês, e é importante para a África que vocês tenham boa relação com Portugal, que vocês são o único canal que temos de diálogo com

Portugal”. Então, nos contatos bilaterais, os africanos valorizavam muito esse canal que o Brasil abria.

Política com Portugal e política africana tinham de caminhar lado a lado, até porque [...] o problema do colonialismo português era um dos dois grandes problemas que a África queria solucionar. E ela queria solucionar primeiro o mais fácil. Qual era o mais fácil? Portugal. A carne de peçoço era a África do Sul. Mas resolvido o problema de Portugal, se resolveria o da África do Sul. Então, essa noção que os africanos tinham, para mim era muito clara, muito precisa, muito correta. Tinham que resolver esse contencioso com Portugal, que era a independência dos países sob domínio português, sobretudo Angola e Moçambique, que atuavam como estados tampão entre o resto da África e a África do Sul.

Em 1970, Alberto da Costa e Silva assumiu um posto na embaixada brasileira em Washington, onde lidava com política interna dos Estados Unidos e, à época, foi totalmente consumido pela guerra em Vietnam: “era um assunto tão candente, tão predominante, que não havia espaço para mais nada”. De Washington, voltou ao Brasil como assessor político no gabinete do ministro Mário Gibson Barbosa. Gibson Barbosa, ministro das Relações Exteriores de 1969 a 1974, transformou as relações brasileiras com os países africanos e conseguiu mudar a política externa brasileira para uma postura plenamente a favor da descolonização de Angola e das outras colônias portuguesas. O embaixador Costa e Silva seria uma pessoa chave nesse processo. “E lá voltei a me encontrar com a África”.

Percebiam que com o falecimento de Antônio Salazar e a continuação do governo do Estado Novo português sob a liderança de Marcelo Caetano, haveria espaço para negociar a descolonização. Já havia passado mais de uma década de luta em Angola e Portugal estava submerso também em guerras contra as independências em Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste. Desenvolveu-se uma estratégia para criar condições para o governo português negociar a descolonização. Nós achamos que era o grande momento para agir. E 1972 era o sesqui-centenário da independência do Brasil. Então, nós planejamos fazer uma ação dupla em Portugal: pediríamos que os restos mortais de Dom Pedro I, enterrados em Portugal, voltassem ao Brasil; e faríamos uma

grande visita a países da África. Seria a primeira visita de um ministro das Relações Exteriores do Brasil a vários países da África [...]. Nós estávamos dando dois sinais: um sinal de apreço a Portugal; e um sinal de interesse pela África. Mas estávamos dando ambos, fazendo isto no ano da independência, que era o momento de tratar da independência desses países de língua portuguesa da África [...]

O fato é que fomos à África. Foi uma viagem extremamente exitosa. Não foi uma viagem de ministro, foi uma grande festa. As fotografias que nós temos dessa viagem são espantosas. Uma grande festa [...]. Nós éramos uma missão muito grande. Nós levamos um avião inteiro. O ministro no avião e os diplomatas, jornalistas. Levamos tudo o que era necessário para a viagem [...] até mesmo micro-hospital [...], independência de comunicações. Foi uma operação muito bem montada do ponto de vista logístico.

Durante esta viagem começamos a formar uma ideia, que era fazermos uma conferência no Brasil com os Portugueses de um lado e de outro o Quênia, a Nigéria e o Senegal, para encontrar uma solução negociada para o problema colonial português. Nós informamos o governo português sobre isso. Tivemos vários contatos com eles. Eles nos deram a palavra ‘continuem, vão adiante.’ Um dia de manhã, abrimos *O Globo* e havia uma entrevista com Marcelo Caetano dizendo que não aceitava nenhuma participação do Brasil, tornando quase pública uma iniciativa que era absolutamente secreta e sobre a qual ninguém sabia [...]. Ou sabia à meias, porque eu fui a Washington conversar com o Departamento de Estado, dizendo: nós estávamos tomando uma iniciativa nessa linha. Era bom que os americanos soubessem porque não queríamos que eles fossem tomados de surpresa por essa matéria. Mas, mesmo assim, sem revelar todo o alcance [...] porque qualquer palavra dita em vão poderia estragar tudo...

Com a rejeição de Caetano à iniciativa brasileira de negociar a descolonização, restou ao governo brasileiro indicar que não continuaria a apoiar o governo de Portugal em sua política colonial e suas guerras. A mensagem foi dada numa viagem do presidente Médici a Portugal, meses depois:

O Médici foi a Portugal numa visita de Estado, e eu fui preparar essa visita. E a instrução que eu levava era a seguinte: “esta visita só vai tratar de assuntos entre Portugal e o Brasil. Não entra nem Angola, nem Moçambique, não entra África. África para nós não é Portugal”. Então minhas interações foram muito difíceis, mas muito difíceis. Passei uns dez dias numa negociação terrível, porque eles queriam sempre meter [as colônias...], que não entram, a visita era somente Portugal. E o presidente entendia que Portugal é só Portugal continental e ilhas adjacentes, Açores e Madeira, mais nada. E se vocês quiserem a visita, é assim e mais nada.

Naquele momento ficou claro... O Carlinhos Castelo Branco, que era um bom jornalista aqui, na época escreveu um artigo dizendo assim: “esta visita de Médici não foi uma visita de cortesia, foi uma visita para dizer aos portugueses que o Brasil vai votar contra Portugal. E vai atuar contra [...], vai atuar a favor das independências ativamente, e que terminou a fase de entendimento com a batida de porta que ele deu no rosto do Brasil”.

Nos primeiros meses de 1974, o embaixador Costa e Silva foi removido para assumir o posto de ministro-conselheiro em Madrid. Na viagem, parou em Lisboa, onde tinha vivido entre 1960 e 1963. Passou alguns dias lá e se encontrou com antigos amigos. Lembrou: “Tudo cheirava a golpe de Estado, a golpe militar. Era possível sentir no ar. Só não sentia quem nunca tivesse passado por um movimento militar, não percebia o estado de coisas”. Perguntei como era que se percebia? Quais eram os sinais? Ele respondeu: “Eu acho que brasileiro cheira, né? Eu era de uma geração que presenciou vários movimentos militares no Brasil, eu acho que a gente sente um odor no ar”. Ele havia presenciado o início da guerra em Angola. E agora, “no dia 25 de abril, de madrugada, estava voltando de um jantar em casa de meus amigos, às duas horas da manhã, a revolução estava na rua, e eu pude presenciar a revolução”.

Para Costa e Silva, essa foi a conjuntura que o levou aos primeiros passos como historiador. Foi em Madri, conversando com Carlos Lacerda a propósito da guerra em Angola:

Ele tinha uma posição inteiramente diferente da minha em relação ao conflito. Ele me pôe na cabeça que eu tinha que começar a escrever sobre África: “Você sabe tanta coisa sobre a África, você tem uma experiência africana que nenhum outro brasileiro tem, não só experiência de vida, mas também de leitura, de estudo”. Então eu comecei a escrever meu primeiro livro sobre a África. Escrevia nas horas vagas, quando podia, porque tinha muito trabalho em Madri.

Em 1977, eu fui removido para a Roma, e também peguei uma barra. Porque eu peguei em Madri a morte de Franco e a sucessão. Quer dizer, eu peguei uma época complicada, que não dava muito tempo para escrever, nem para estudar a África. Eu tinha que me ocupar dos assuntos espanhóis. Fui para Roma e peguei outra parada porque peguei o auge das Brigadas Vermelhas, o sequestro de Aldo Moro, aquela coisa toda, uma trabalhadeira também infernal. Mas continuei escrevendo meu livro. Eu estava em Roma, posto sossegado, quando o ministro do Exterior, que era o Ramiro Saraiva Guerreiro, perguntou se eu queria ser embaixador na Nigéria. Eu aceitei imediatamente, fui para Nigéria. Voltei a mergulhar nos assuntos africanos. Vivi na Nigéria três anos e meio. Fui embaixador na Nigéria e na República do Benim. Eu era cumulativo na República do Benim, ia para Benim praticamente cada dois meses e passava três, quatro, cinco dias, via as autoridades, conversava com as pessoas.

Costa e Silva esteve em Lagos durante o auge das relações comerciais da Nigéria com outros países, intensificadas pelo aumento do valor do petróleo exportado pela Nigéria e da complementaridade dos projetos de desenvolvimento econômico entre Nigéria e Brasil. Lembrou que “nossos interesses básicos ali eram com a Nigéria. Tínhamos doze, treze firmas brasileiras trabalhando na Nigéria. Chegamos até 1.500 brasileiros trabalhando em áreas muito importantes da vida do país, do desenvolvimento das telecomunicações, na área de criação de gado, de desenvolvimento industrial, nós tínhamos muita gente atuando. E na área de petróleo”.

Para Costa e Silva, as firmas e os trabalhadores brasileiros tinham uma vantagem cultural na Nigéria. Citou um exemplo:

O grande contrato de reforma do sistema telefônico nigeriano foi ganho por uma firma americana, International Telephone & Telegraph (ITT). A

ITT subcontratou uma firma inglesa, duas japonesas, e duas brasileiras. O trabalho era pesado, colocar fios e cabos. E na área de Lagos os brasileiros tinham uma grande vantagem sobre os demais [...], sobretudo eles tinham a sensibilidade no lidar com os nigerianos. Você vai passar por uma área que tem uma importância religiosa, os brasileiros sabiam e eram capazes de fazer as coisas sem ferir as crenças locais, o que para os japoneses era um pouco difícil. ‘Você não pode passar por aqui porque aqui tem um túmulo de Obá, e o túmulo não pode ser dessacralizado, tem que dar uma voltinha’. Nem pedia, o brasileiro já dava a voltinha. Então essas coisas fizeram com que nós tivéssemos uma posição muito boa nesses contratos.

Na Nigéria, e depois como chefe do setor cultural do Itamaraty e embaixador em Portugal, na Colômbia e no Paraguai, Costa e Silva continuou escrevendo o livro que viria a ser *A enxada e a lança*. Escrevia entre seis e oito da manhã, usando fichinhas e máquina de escrever. Se aposentou em 1995, quando, segundo ele, “passei a dedicar-me exclusivamente aos estudos da África. Estou neles até agora e vou estar neles até morrer”.

Em dado momento da entrevista, Costa e Silva se descreveu como ‘freyreano’. Perguntei o que isso significava e a entrevista passou a uma discussão sobre correntes de pensamento no Brasil e o papel da obra de Gilberto Freyre: “Eu digo que eu sou freyreano por reação, por reação [...] Gilberto foi meu amigo. Gostava dele. Era uma personalidade fascinante. Não que eu reze por todos os elementos de sua cartilha. Até porque ele andou por tantos lugares que tinha que acertar muito, como acertou, e tinha que errar muito também, porque ele era um pioneiro da cultura”. Mas a explicação foi além da amizade:

Eu me digo freyreano não porque eu siga rigorosamente as ideias do Freyre. [Há] até algumas ideias dele das quais eu discordo. Eu me digo freyreano porque Gilberto Freyre foi atacado demais. Durante duas ou três décadas ele foi o saco de pancadas neste país. Com incompreensão muito grande, de que ele foi o grande ‘abridor’ de caminhos, de perspectivas novas que o Brasil teve no século XX. Antes de Gilberto Freyre, o Brasil tinha o negro como problema. Em 1933, quando ele publica *Casa-Grande & Senzala*, o país descobre que o negro era ele,

nós somos o negro. O negro não é algo externo ao país, não era um problema. O negro éramos nós. O negro estava embutido em nós. Não só pelo processo de miscigenação que o Gilberto revelou tão bem. Já sabia-se que era assim. Mas ele revela pela primeira vez, ele faz uma teoria da miscigenação, se você quiser assim, mas ele revela os aspectos civilizatórios que o negro teve no Brasil. Sem o negro nós não teríamos tido agricultura tropical como tivemos, não teríamos tido pecuária extensiva, não teríamos tido a exploração do ouro, porque o português não sabia explorar ouro, não tinha ouro lá. Não teríamos tido as primeiras metalúrgicas, não teríamos explorado o ferro. Então é o Gilberto Freyre que abre essa perspectiva, e disse: o negro foi importante, o negro foi tão importante quanto o português e quanto o índio. Nós não somos portugueses exilados nos trópicos, e nós não somos descendentes de portugueses e índios. Somos descendentes de portugueses, de índios e negros. E negros em proporção muito maior do que as outras duas [...] até a metade do século XIX, com a chegada dos grandes contingentes imigratórios de portugueses, espanhóis, italianos, russos, suíços, alemães, e de mais gente. Qualquer estudo que você vai fazer nesta área no Brasil, você vai topar com Gilberto Freyre. Ele já tratou dele. Tratou bem, tratou mal, tratou razoavelmente, mas tratou...

É Gilberto Freyre quem muda essa perspectiva de uma visão racial do negro para uma visão cultural. Ele desloca o longo debate brasileiro, desloca de raça e etnia para cultura, para maneira de viver, para modo de viver, para contribuições. Então eu acho que isso foi essencial a tal ponto que eu costumo dizer o seguinte: se o Gilberto Freyre não tivesse existido, precisava ter sido inventado. Porque a cultura brasileira, se não tivesse havido *Casa-Grande & senzala*, precisaria ter tido uma outra pessoa que tivesse escrito um livro semelhante. E essa pessoa não seria, certamente, da Universidade de São Paulo. Talvez hoje, mas não no passado. Porque essa perspectiva que Gilberto teve é uma perspectiva que só podia ter vindo de um nordestino.

Falou então sobre o apoio que Freyre deu ao colonialismo português: “Gilberto deixou-se levar pela política portuguesa”. Mas situou essa postura dentro de um contexto político e intelectual que chamou de “esquerda democrática brasileira”. Segundo ele, Freyre vinha dessa esquerda democrática e, como tantos outros, apoiou o golpe militar de 1964. E, segundo ele, não estava sozinho, “Manoel Bandeira apoiou,

Raquel de Queiroz, Artur César Ferreira Reis também. Eu tenho uma teoria, que é minha, que essas pessoas jamais aceitaram que o João Goulart fosse de esquerda no Brasil. João Goulart para eles era Getúlio. E eles nunca aceitaram que Getúlio fosse esquerda. Getúlio foi a *bête noir* deles. Foi o ditador que mandou Gilberto para o exílio, que censurava os artigos de Raquel de Queiroz, os poemas de Manoel Bandeira. Eles sempre viram o Getúlio como grande ícone da direita. E quando Getúlio fez a guinada para a esquerda, eles viram essa mudança como oportunista. João Goulart representava essa guinada oportunista”.

Relendo a entrevista, vejo hoje que o que mais chamou minha atenção foi a maneira como a trajetória diplomática e intelectual de Alberto da Costa e Silva se entrelaçavam. Seu interesse pela África, alimentado pelos poucos livros disponíveis no Brasil de sua mocidade, fez dele, desde cedo, um diplomata capaz de ocupar um papel único. E esse interesse teve como resultado colocá-lo, sucessivas vezes, em posições únicas na relação do Brasil com Portugal, suas colônias, outros países africanos e a descolonização. E essas experiências nutriram tanto seu conhecimento prático sobre a África quanto sua capacidade de aprofundar leituras e definir linhas de questionamento que veio a desenvolver em *A enxada e a lança* (1992), *As relações entre o Brasil e a África Negra* (1996) e *A manilha e o libambo* (2002). Foi uma combinação única de experiência e pensamento que mudou tanto as relações quanto a compreensão do Brasil em relação à África.

doi: 10.9771/aa.v0i70.65874